

ANAIS DO
V SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

**PORTOS, ROTAS E
COMÉRCIO**

VOLUME II

XXXV
Coleção da *Revista de História*
sob a direção do Professor
E. Simões de Paula.



São Paulo — Brasil
1971

BREVE RELATÓRIO SÔBRE ARROLAMENTO DE FONTES PRIMÁRIAS NA FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS (*).

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de
Campinas. SP.

Quando, em 1960, criamos a Cadeira de Introdução aos Estudos Históricos na Faculdade de Filosofia, da Universidade Católica de Campinas, voltamos nossa atenção para dois pontos que nos pareceram fundamentais numa cadeira que pretendia "iniciar" os estudantes no campo da História: o sentido de evolução da historiografia através dos tempos e o estudo sistemático das fontes de maior interesse para a história brasileira.

Neste último caso procuramos vincular a recém-criada cadeira de Introdução à cadeira de História do Brasil, que, em nossa Faculdade (como, aliás, na maior parte delas), inicia-se no segundo ano. Não apenas o estudo dos escritores coloniais (cronistas, viajantes e missionários), mas igualmente o da documentação mais importante com a qual o estudante de História do Brasil deve familiarizar-se. Infelizmente, nem sempre as condições materiais de nossa Faculdade permitiram que as aulas pudessem ser acompanhadas de textos, como necessariamente deve ocorrer. Aliás no III Simpósio (Franca, 1966) tivemos oportunidade de relatar oralmente sobre o trabalho realizado na Faculdade de Campinas, como pode ser visto dos respectivos *Anais*.

O interesse pelo estudo das fontes históricas levou-nos naturalmente a estimular nossos estudantes ao trabalho com as fontes primárias. A idéia vinha de longe, e praticamente ela está vinculada ao apêlo que o Professor Eurípedes Simões de Paula, em 1950, através da recém-criada *Revista de História*, endereçou aos professores de História, apêlo êsse reavivado no II Simpósio (Curitiba, 1962).

(*) . — Comunicação apresentada na 1ª Sessão de Estudos, Equipe B, no dia 2 de setembro de 1969 (*Nota da Redação*).

e retomado pela Sociedade de Estudos Históricos, por intermédio de sua secretária, a Professora Maria Regina da Cunha Rodrigues, conforme se pode ler no nº 53 da mencionada *Revista de História*. Aliás, tanto a APUH (Associação dos Professores Universitários de História), como a SEH (Sociedade de Estudos Históricos) procuraram sempre dar ênfase ao assunto. Prova-o o curso de férias para professores de História, promovido em convênio com o Departamento de Educação do Estado de São Paulo, em fevereiro de 1963, e que versou especificamente sobre fontes primárias para a História. Todos os professores que colaboraram no referido curso (e entre eles o signatário deste relatório), ressaltaram a importância do assunto, tanto que o curso foi acompanhado de seminários realizados nos principais centros de documentação da cidade de São Paulo. Em relatório elaborado sobre esse curso, lembrava a Professora Maria Regina da Cunha Rodrigues, que, “há uma riqueza imprevisível sedimentada nos arquivos públicos e particulares”. Ao pesquisador deverá caber “começar uma abordagem no sentido de trazê-la à tona e com autêntica humildade compreender que, dada a limitação da vida humana, outros colherão os frutos. Interessa-nos buscar a divulgação da História como História”.

O estímulo já viera, aliás, com a própria *Revista de História*, a qual, graças à compreensão e interesse de seu diretor, começou a publicar, desde 1951, trabalhos de levantamento ou arrolamento de fontes primárias relativos a diversos municípios e regiões do Estado de São Paulo: São José do Rio Preto, Laranjal Paulista, São Bento do Sapucaí, Santana do Parnaíba, Itapetininga, Avaré, Itararé, Presidente Prudente, Mogi das Cruzes, Patrocínio Paulista, Pinhal, Atibaia, Rio Claro, Piracicaba, Martinópolis, São Pedro do Turvo, Itatiba e Jundiá. Aliás, de uns seis ou sete anos para cá, raro o número da prestigiosa revista que não publicou um trabalho dessa natureza.

O primeiro realizado na Faculdade de Campinas, como simples exercício de classe, foi relativo à cidade de Pinhal, levado a efeito pelo então estudante José Ênio Casalecchi, hoje professor da Faculdade de Filosofia de São José do Rio Pardo. Acolheu-o a *Revista de História*, no seu número 52, de 1962. Posteriormente, a Professora Maria Helena Degani Rocha elaborou os arrolamentos relativos a Itatiba e Jundiá, também publicados pela mesma revista. Outros foram iniciados, mas por dificuldades várias levados a cabo, como o da Professora Maria Lucia de Souza Rangel sobre Mogi-guaçu, uma vez que esta professora, por motivos profissionais, desvinculou-se daquela cidade, na qual iniciara sua brilhante carreira de professora do ensino secundário. Ou o que o próprio signatário deste relatório pretendeu realizar sobre as transformações agrícolas na área de Campinas.

A propósito, convém salientar que uma cidade como Campinas com tantas participações na vida de São Paulo e do Brasil, desde a expansão interior promovida pelo Morgado de Mateus, nos fins do século XVIII, até o recente surto industrial, poderia oferecer condições ideais para a pesquisa histórica se, infelizmente, a incúria dos poderes públicos, a falta de interesse de uns, e o interesse excessivo, ciumento e zeloso de outros, não constituíssem óbices quase intransponíveis. Assim, e apenas para citar alguns exemplos, um esquema de levantamento de fontes em Campinas, além das habituais áreas de pesquisa (cartórios, prefeitura, câmara, paróquias, jornais, Cúria metropolitana, forum), poderia abranger *estabelecimentos de ensino* (se lembrarmos que Campinas foi sede do mais antigo colégio que as missões protestantes estabeleceram no Brasil, o Colégio Internacional, que este ano completa seu centenário, colégio esse transferido para a cidade mineira de Lavras, em fins do século passado, quando Campinas foi assolada por terrível epidemia de febre amarela (e que ainda ali existe com o nome de “Instituto Gammon”); *instituições hospitalares* (se lembrarmos a importância de que sob este aspecto reveste-se nossa cidade); *estradas de ferro* (Campinas como sede de duas grandes estradas de ferro e desempenhando importante papel na época do surgimento das ferrovias); *fazendas* (se lembrarmos que durante muito tempo Campinas foi a “Capital agrícola” de São Paulo): *colônias estrangeiras* (se tivermos em conta que Campinas foi um grande centro de concentração e distribuição de correntes imigratórias; não foi por acaso, por exemplo, que foi em Campinas que a colônia italiana estabeleceu seu primeiro hospital no Brasil, o antigo *Circolo Italiano Uniti*, transformado hoje na “Casa de Saúde Campinas”). E outros exemplos poderiam ainda ser citados para corroborar, ainda, mais, o interesse de uma pesquisa histórica na área campineira. Não menor terá sido, naturalmente, a participação de Campinas no movimento de propaganda republicana, pois época houve em que grande parte dos republicanos “históricos” vivia nesta cidade, dividindo suas atividades entre a imprensa, o magistério e a advocacia. Fontes que estão, pois, à espera do pesquisador em áreas diversas: prefeitura, câmara, cartórios, forum, jornais, paróquias, Cúria, igrejas evangélicas, colégios, estradas de ferro, hospitais, indústrias, Instituto Agrônômico, Instituto de Sericicultura, Seminários católicos e protestantes (a propósito, convém lembrar que Campinas é sede do maior e mais antigo seminário protestante do Brasil), fazendas antigas da região, associações culturais, esportivas e recreativas, clubes de interesse para a reconstituição da vida social da cidade, o Centro de Ciências, Letras e Artes... Iríamos longe. Do interesse dos arquivos dessas instituições, basta lembrar que a maior parte delas data já do século passado.

Ressalte-se, a propósito, o interêsse documental de uma obra como a que Jolumá Brito vem publicando. Embora falte plano e sistematização ao seu trabalho aquêlo plano e aquela sistematização fundamentais num trabalho de pesquisa histórica, e ainda que, no mais das vêzes, êle peque lamentavelmente pela ausência de citação das fontes, — não resta dúvida que sua *História de Campinas*, permitirá que “à margem” de suas páginas se escreva muita coisa sôbre nossa cidade. E para maior estímulo, aí está o levantamento bibliográfico que Amaral Lapa realizou e publicou na revista do Departamento de História da Faculdade de Filosofia de Marília. Interessado na história econômica de Campinas, tanto quanto nas “carreiras da Índia”, esperamos que o ilustre historiador campineiro retome seus trabalhos sôbre Campinas, tendo em vista que, daqui a menos de cinco anos, Campinas comemorará o segundo centenário de sua fundação oficial.

Enquanto as pesquisas em Campinas não podem ser levadas a efeito, por motivos diversos, continuamos estimulando nossos estudantes de História (especialmente os do último ano) ao trabalho e arrolamento das fontes de outras áreas, às quais estão vinculados, pois a Faculdade de Campinas recebe estudantes das mais diversas regiões do Estado. Apenas um trabalho com a Cúria Metropolitana foi iniciado, e suas perspectivas são animadoras, conforme relatam Regina Bueno Teixeira e Antônio Euler Lopes de Camargo. A êste último, já devemos dois trabalhos de arrolamentos relativos a *Barra Bonita* e a *Igaracú do Tietê*, ambos presentes a êste simpósio e devidamente distribuídos. Áreas de povoamento não muito antigo, mas que sofreu profundas transformações na sua paisagem e na sua estrutura, com a passagem do ciclo do café para o da cana, certamente guardam seus arquivos aquela “riqueza imprevisível” a que se referia Maria Regina da Cunha Rodrigues, esclarecedora da transformação agrícola, social e econômica por que passou a região. O interêsse despertado em ambas as cidades pelo trabalho de Antônio Euler Lopes de Camargo bem poderia servir de exemplo a outras áreas. O contraste com uma área de povoamento mais antigo — e portanto com um passado histórico mais atraente — poderá ser constatado dos trabalhos de Nilza Arrelaro sôbre *Socorro*, e mais especialmente do de Fernando Marciano de Oliveira e Sônia Moreira Sales sôbre *Bragança Paulista*, área de povoamento ainda mais antigo, e mais antigo mesmo do que Campinas, e cuja estrutura social e evolução histórica foi objeto de excelente tese do mestrado na Universidade de São Paulo elaborada pela Professôra Beatriz Westin Cerqueira, da Faculdade de Filosofia de Marília. Tivemos a honra de participar da banca que apreciou publicamente seu trabalho, e assim, pudemos avaliar a soma de pesquisa que o passado bragantino exigiu da jovem pesquisadora. É certo que no caso das regiões mais antigas de São Paulo, a maior par-

te da documentação relativa ao período colonial acha-se recolhido ao Arquivo Público Estadual, em São Paulo. Mas os arquivos locais guardam ainda rico acervo documental, como os jovens estudantes de Campinas fizeram sentir. De permeio com essas áreas mais antigas, a contribuição de uma cidade ligada ao povoamento mineiro — como é o caso de *São Sebastião da Gramma*, estudado por Maria Isabel Cruz — revelará aspectos novos e de interesse para toda a região norte e nordeste do Estado. Da importância desse povoamento mineiro deram conta Almeida Prado e Mário Leite em valiosos livros sobre o passado paulista. Noutro extremo do Estado, uma área ligada primeiramente ao gado e posteriormente ao café, mas vinculada também ao povoamento mineiro — como é o caso de *Quatá*, na alta Sorocabana — poderá revelar algum interesse arquivístico, como o demonstrou Marilse L. Caldas. E como essas, outras localidades serão um dia cobertas nesse trabalho que aproveitará mais aos outros do que aos próprios pesquisadores atuais. É o exemplo daquela modéstia e humildade a que se referia a circular da Sociedade de Estudos Históricos.

Todos os trabalhos realizados sob orientação da cadeira de História do Brasil, revelaram uma constante: a falta de pessoal habilitado para o tratamento ou pelo menos à conservação dos documentos em um arquivo. Cremos oportuno ventilar novamente uma idéia que já interessou aos simpósios anteriores: o projeto de criação de um curso de arquivistas, no qual receberiam cultura e treinamento adequados todos aqueles que deverão trabalhar em arquivos. É necessário que se compreenda que arquivo não deve ser depósito de papéis velhos, como biblioteca não deve ser depósito de livros. No caso das bibliotecas já se compreendeu a gravidade do problema, pois há trinta anos que já funcionam escolas de biblioteconomia. Por que não fazer o mesmo com os arquivos? Seria de toda a conveniência, pois, que o V Simpósio reabrisse o problema para discutí-lo novamente e encaminhar proposição aos poderes competentes (*).

* * *

(*) . — Este relatório foi acompanhado dos trabalhos de arrolamento de fontes nele mencionados, a saber: de Antônio Euler Lopes de Camargo (Barra Bonita, Igarapé do Tiê e Cúria Metropolitana), Marilse L. Caldas (Quatá), Maria Isabel Cruz (São Sebastião da Gramma), Fernando Marciano de Oliveira e Sônia Moreira Sales (Bragança Paulista), Nilza Arrelaro (Socorro), Regina Bueno Teixeira (Cúria Metropolitana) e Antônio Lopes Camargo.

INTERVENÇÕES.

Da Profa. *Maria Amélia Pôrto Migueis* (Museu Imperial. Petrópolis).

Faz as seguintes sugestões:

1). — Que a APUH se articulasse com o grupo de trabalho da reforma administrativa do Ministério da Justiça, onde tramita o projeto da criação da Escola Nacional de Arquivística, dentro do plano de instalação do Conselho Nacional de Arquivos.

2). — Que se estabeleça entre as Universidades e Centros de Documentação (Arquivos, Museus e outras entidades) que dispõem de pessoal técnico especializado, no sentido de orientação dos trabalhos de levantamento de fontes primárias e mesmo de cursos, eminentemente práticos, visando a habilitar os alunos ao uso e tratamento adequado dessas fontes.

O Museu Imperial (MEC) tem convênio nessa linha com a Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e já está no segundo ano de vivência dessa experiência.

*

Da Profa. *Júlia Folgueras Bécares* (FFCL de Três Corações. MG).

Manifesta-se favoravelmente à sugestão da Profa. Maria Amélia Pôrto Migueis, entretanto, julga de bom alvitre incluir nos currículos a serem estabelecidos a Paleografia e a Diplomática. A inclusão dessas duas matérias, sempre completa os estudos de Documentação. O trabalho de interpretação de documentos não é possível sem essas duas disciplinas.

Termina sua intervenção dizendo que os anseios da Profa. Maria Amélia são os mesmos de todos os estudiosos que não podem realizar as suas pesquisas por falta de preparação adequada.

*

Do Prof. *Romeu Stival* (FFCL de Paranaguá. PR).

Consulta ao Prof. Odilon Nogueira de Matos se a data de elevação à categoria de cidade de Campinas (5 de fevereiro de 1842), seria a mesma da Lei nº 5 que elevou a essa categoria diversas cidades do Paraná (Curitiba e Paranaguá). Em caso positivo, essa mesma Lei Imperial elevou também à mesma categoria não só Campinas como também Taubaté.

*

Do Prof. *José Pedro Esposel* (FFCL da UF Fluminense RJ).

Diz que em atenção às palavras da Prof^a Cecília Maria Westphalen, referente a uma idéia veiculada no Encôntro de Nova Friburgo sôbre a organização de uma Jornada de Arquivos, vem informar que, na verdade, a intenção ainda permanece e, a cada momento mais revigorada, aguardando, porém, uma oportunidade propícia coincidente com a implantação da Reforma Administrativa, promovida pelo Governo Federal e ora em andamento.

* *
*

RESPOSTAS DO PROF. ODILON NOGUEIRA DE MATOS

1). — *As Professôras Maria Amélia Pôrto Migueis e Júlia Folgueras Bécares.*

Manifesta-se de pleno acôrdo as sugestões de ambas e crê que o presente Simpósio pode oferecer uma ocasião propícia para um debate mais amplo em tôrno do assunto. Lembra, entretanto, a grande deficiência que existe com relação à preparação de pessoas habilitadas para o trabalho em arquivos. Poucas Faculdades estão aparelhadas para êsse treinamento e, como consequência, existe total carência de professores de Técnica de Pesquisa. O autor tem intenção de apresentar, na sessão de encerramento, moção relativa à criação de um curso de arquivistas (a funcionar junto aos arquivos ou junto às Faculdades de Filosofia) em condições de ministrar o treinamento adequado a quem pretender trabalhar em arquivos.

*

2). — *Ao Prof. Romeu Stival.*

Responde pela afirmativa. A lei a que o Prof. Stival se refere, em São Paulo, beneficiou Campinas, Sorocaba e Taubaté, da mesma forma que, no Paraná, beneficiou Curitiba e Paranaguá. São três os marcos cronológicos da história de Campinas: *14 de julho de 1774*: criação da freguezia das Campinas de Mato Grosso; *14 de dezembro de 1797*: criação do município, com a elevação de Campinas à categoria de vila, desmembrada de Jundiá; *5 de fevereiro de 1842*: elevação à categoria de cidade. Convém lembrar que, na fase de vila (de 1797 a 1842) Campinas denominou-se *São Carlos*, retomando, quando elevada à cidade, a denominação primitiva. Não confundir com a atual cidade de São Carlos (antiga São Carlos do Pinhal), que é de fundação bem mais recente.

*

3). — Ao Prof. *José Pedro Esposel*.

Crê oportuna sua sugestão de Nova Friburgo (lembrada, aliás, em Campinas, pela Professôra Cecília Westphalen), relativa à Jornada de Arquivos. O trabalho que os colegas do Paraná trouxeram ao Simpósio de Campinas demonstra bem o que se pode obter com um planejamento em que tôdas as Faculdades de Filosofia colaborem. Que o exemplo paranaense frutifique e num próximo simpósio outros Estados possam apresentar resultados similares.